

Sergipe Gás S/A - SERGAS

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações dos valores adicionados	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019	Passivos	Nota	2020	2019
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	6	85.911	7.812	Fornecedores	11 e 14	15.203	8.562
Contas a receber de clientes	7	8.144	10.899	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	12	2.145	1.240
Estoques		1.534	694	Tributos a pagar	13	1.397	1.637
Tributos a recuperar	8	7.539	3.492	Contas a pagar a parte relacionadas	14	75	73
Despesas antecipadas		665	536	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15	18.569	876
Outros ativos		130	107	Débitos nas operações de venda de gás	16	-	886
				Outros passivos	17	188	669
Total do ativos circulantes		103.923	23.540	Total dos passivos circulantes		37.577	13.943
Não circulantes				Não circulantes			
Aplicações financeiras		-	532				
Tributos a recuperar	8	1.282	1.264				
Depósitos judiciais	9	3.609	871	Provisões para contingências	18	1.267	1.130
Intangível	10	41.504	41.567				
Total dos ativos não circulantes		46.395	44.234	Total dos passivos não circulantes		1.267	1.130
				Total dos passivos		38.844	15.073
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	38.182	38.182
				Reservas de lucros	19	17.884	14.516
				Dividendos adicionais propostos	19	55.408	3
				Total do patrimônio líquido		111.474	52.701
				Total do patrimônio líquido e passivos		150.318	67.774
TOTAL DO ATIVO		150.318	67.774	TOTAL DO PASSIVO		150.318	67.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida - Venda de gás	20	137.406	171.040
Receita de construção (ICPC 01)	20	<u>6.857</u>	<u>6.142</u>
		144.263	177.182
Custos dos produtos vendidos	21	(114.834)	(143.343)
Custo de construção (ICPC 01)	21	<u>(6.857)</u>	<u>(6.142)</u>
		(121.691)	(149.485)
Lucro bruto		22.572	27.697
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	22	(1.463)	(1.387)
Despesas gerais e administrativas	23	(37.037)	(14.443)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>58.092</u>	<u>(10.558)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		42.164	1.309
Receitas financeiras	25	73.735	672
Despesas financeiras	25	<u>(580)</u>	<u>(368)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		115.319	1.613
Imposto de renda	26	(27.659)	(410)
Contribuição social	26	<u>(10.016)</u>	<u>(147)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>77.644</u>	<u>1.056</u>
Lucro líquido por ação	27	<u>48,71</u>	<u>0,66</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro do exercício	77.644	1.056
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>77.644</u>	<u>1.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para contingências	Reserva de retenção lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2019		37.710	4.215	472	3.936	5.545	1.556	-	53.434
Aumento de capital	19	472		(472)					-
Dividendos adicionais aprovados					767		(1.556)		(789)
Lucro líquido do exercício (062/ação)								1.056	1.056
Destinações do lucro líquido do exercício:									-
Constituição de reserva legal	19		53					(53)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	19			-				-	-
Juros sobre o capital próprio (0,62/ação)	15							(1.000)	(1.000)
Dividendos adicionais propostos	15						3	(3)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		38.182	4.268	-	4.703	5.545	3	-	52.701
Aumento de capital	19	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Lucro líquido do exercício (48,71/ação)		-	-	-	-	-	-	77.644	77.644
Destinações do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	19	-	3.368	-	-	-	-	(3.368)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	19	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (1,50/ação)	15	-	-	-	-	-	-	(2.398)	(2.398)
Complemento dividendos mínimos obrigatórios (10,33/ação)	15	-	-	-	-	-	-	(16.470)	(16.470)
Dividendos adicionais propostos (34,77/ação)		-	-	-	-	-	55.408	(55.408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		38.182	7.636	-	4.703	5.545	55.408	-	111.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	77.644	1.056
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:		
Amortização	5.972	5.577
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	142	4.720
Provisão para contingências	137	(90)
	<u>83.895</u>	<u>11.263</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	2.613	(3.708)
Contas a receber de partes relacionadas	-	1.278
Estoques	(840)	(236)
Tributos a recuperar	(4.065)	(2.377)
Créditos nas operações de aquisição de gás	-	646
Despesas antecipadas	(129)	19
Outros ativos	(23)	49
Aplicações financeiras	532	(30)
Depósitos judiciais	(2.737)	(148)
	<u>(4.649)</u>	<u>(4.507)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	6.641	220
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	904	132
Tributos a pagar	(539)	(1.283)
Contas a pagar a parte relacionadas	1	29
Débitos nas operações de venda de gás	(886)	497
Outras passivos	(481)	(534)
	<u>5.640</u>	<u>(939)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>84.886</u>	<u>5.817</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(6.857)	(6.142)
Baixa de intangível	949	213
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(5.908)</u>	<u>(5.929)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(3)	(789)
Juros sobre capital próprios pagos	(876)	(876)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(879)</u>	<u>(1.665)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>78.099</u>	<u>(1.777)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>7.812</u>	<u>9.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>85.911</u>	<u>7.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Receitas		
Vendas de produtos	170.478	234.135
Vendas canceladas	(177)	(5.967)
Outras receitas	60.771	1.275
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(142)	(4.720)
	<u>230.930</u>	<u>224.723</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(138.033)	(180.065)
Materiais, energia serviços de terceiros e outros	(19.035)	(11.170)
	<u>(157.068)</u>	<u>(191.235)</u>
Valor adicionado bruto	73.862	33.488
Amortização	<u>(5.972)</u>	<u>(5.577)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	67.890	27.911
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>73.735</u>	<u>672</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>141.625</u>	<u>28.583</u>
Distribuição do valor adicionado		
<u>Pessoal</u>		
Remuneração direta	10.331	8.619
Benefícios	2.227	2.033
FGTS	642	619
<u>Impostos, taxas e contribuições</u>		
Federais	51.994	7.297
Estaduais	(2.216)	8.146
Municipais	27	49
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>		
Juros	0	367
Aluguéis	396	396
Outras	580	1
<u>Remuneração de capitais próprios</u>		
Juros sobre capital próprio	2.398	1.000
Dividendos	16.470	-
Lucros retidos	<u>58.776</u>	<u>56</u>
Valor adicionado distribuído	<u>141.625</u>	<u>28.583</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Constituída em 27 de dezembro de 1993, a Sergipe Gás S/A - SERGAS (“Companhia”) é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual no 3.305, de 28 de janeiro de 1993, tendo por objeto social a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, podendo vir a promover a produção e o armazenamento de gás.

Em 11 de março de 1994, o Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado entre o Concessionário e o poder concedente - Estado de Sergipe.

O contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 50 anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do Concedente, resguardados sempre o interesse público e adequada prestação dos serviços concedidos.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devem ser revisadas uma vez ao ano, levando-se em consideração as projeções dos volumes de gás a serem comercializados e os respectivos investimentos, na forma dos critérios definidos no Anexo I - Metodologia de Cálculo da Tarifa para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Sergipe. A tarifa também será revisada antes do prazo fixado, se ocorrer causas que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma e prazos necessários a evitar prejuízos com a defasagem tarifária.

2. Impactos da covid-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do coronavírus (Covid-19) causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial.

Diante disso, a partir de março de 2020, a Administração da SERGAS emitiu normas com o intuito de garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica.

Nesse sentido, A SERGAS criou um Comitê de Gestão de Crise com o objetivo de monitorar e mitigar os impactos nas principais atividades da Companhia. O

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

comitê se reúne, sempre que necessário, para acompanhamento de orientações, ações e estatísticas no Estado de Sergipe e na Companhia. Algumas das medidas adotadas pelo comitê foram: adoção de teletrabalho para os casos possíveis, higienização constante da sede, reuniões por videoconferência, acompanhamento do quadro de saúde dos colaboradores com o apoio do médico do trabalho, preservação das condições financeiras adequadas para enfrentar a crise, dentre outras.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, a Administração levantou os impactos nos negócios da Companhia.

2.1. Vendas

Em comparação com o exercício de 2019, houve redução do volume de venda de gás em 8%, equivalente a 7,2 milhões de m³. O segmento veicular foi o principal responsável por esse cenário com uma redução de 6,6 milhões de m³. Como consequência da queda nas vendas, houve uma redução de 11% na margem acumulada.

2.2. Contas a receber

Com relação ao ano anterior, houve um aumento na inadimplência em R\$ 77 mil, equivalente a 119%, causado basicamente pelo segmento comercial que representa 98% desse valor.

Em consonância com o parcelamento das faturas de gás feito pela Petrobras, a Companhia, tentando mitigar os riscos, adotou as seguintes ações:

a) Segmento industrial

Para esse segmento foi feito parcelamento para as notas fiscais dos meses de março, abril e maio da seguinte forma: 40% da nota fiscal para 7 dias após sua emissão, 30% para 45 dias após sua emissão e 30% para 90 dias após sua emissão.

b) Segmento comercial

Para esse segmento, visando amenizar os impactos causados pelas restrições às atividades econômicas, foi ofertada uma carência de 90 dias para as notas fiscais dos meses de março, abril e maio bem como pagamento em 06 parcelas mensais após carência. O reflexo dessas ações para os clientes desse segmento foi, principalmente, uma maior disponibilidade no fluxo de caixa possibilitando a redução do risco de insolvência e consequentemente de inadimplência perante a Companhia.

2.3. Eventos subsequentes

Para o exercício de 2021, até o momento, não identificamos impactos relevantes oriundos da covid-19 que possam afetar nossas operações.

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941 de 2 de maio de 2009, pela Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2021.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras têm como moeda funcional o Real, são apresentadas em milhares de reais, sendo arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - Provisão para perda de crédito;
- **Nota 10** - Intangível; e
- **Nota 18** - Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em base anual.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

4.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.

ii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: contas a receber de clientes e outros créditos.

iv. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para perda de crédito foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Para o cálculo da provisão foi utilizada a média de perdas dos últimos quatro anos.

v. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras classificadas no longo prazo referem-se a aplicações compulsórias restritas para fazer face à obrigação acessória do contrato de fiança bancária para ofertar garantia judicial nos autos do processo nº 201312201937. As taxas de remuneração são a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos como custo amortizado que abrange fornecedores e outras contas a pagar.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

ii. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

4.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

4.3. Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a. e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa conforme contrato de concessão.

Contrato de concessão

A Companhia tem assinado com o Estado de Sergipe Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1, segundo o qual o Poder Concedente regula os serviços por ela prestados juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda, segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato de concessão.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra de recuperação via tarifa conforme definido no Contrato de Concessão, o qual define que o prazo de recuperação da tarifa é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização pelos investimentos efetuados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações, sendo este valor registrado como ativo financeiro.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 - Receita com contrato de cliente (NBC TG 47).

4.7. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda ao ICMS, pela alíquota de 18%.

Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

b) Impostos e contribuições sobre o lucro

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 74/2017, concedendo direito à redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2017 e com término em dezembro de 2026.

Conforme disposto pela Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado como retificadora da rubrica imposto de renda. Ao final do exercício social, a parcela

correspondente ao incentivo apurado no ano é transferida para reserva de lucro na rubrica de incentivos fiscais.

4.8. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A Companhia possui incentivo fiscal junto à SUDENE com redução de imposto de renda.

4.9. Benefício a empregados

a) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos das contas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal
- Aposentadoria antecipada
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte e
- Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo que não sejam aposentadorias e pensões e
- Plano de assistência médica para empregados ou participantes e assistidos.

4.10. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

4.11. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

4.12. CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

“controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da SERGIPE GÁS S/A avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações das companhias.

4.13. CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

		31/12/2020		31/12/2019			
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
Ativo (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	6	85.911	85.911	7.812	7.812	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	7	8.144	8.144	10.899	10.899	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações Financeiras				532	532	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
		94.055	94.055	19.243	19.243		
Passivo (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	11	15.203	15.203	8.562	8.562	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos propostos	14	16.470	16.470	-	-	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Juros sobre capital próprio a pagar	14	2.099	2.099	876	876	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Gas Pago E Não Retirado (Take or pay)	15	-	-	886	886	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
		33.772	33.772	10.324	10.324		

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado. Diante disso, houve complementação da provisão para perda de crédito nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

4.14. CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamento

A Companhia possui contratos de aluguéis de máquinas impressoras, terreno e veículos.

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

De acordo com as análises efetuadas em todos os contratos, a Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) ou arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

5. Termo de Encerramento de Pendência

Em 2020 ocorreu a homologação, pelo Supremo Tribunal Federal e pela instância competente da Justiça Estadual de Sergipe, do Termo de Encerramento de Pendência (TEP) negociado e assinado entre a Sergas e a PETROBRAS em 26 de dezembro de 2019, pondo fim ao processo judicial nº 200573020856. Este instrumento contratual possui cláusulas de confidencialidade.

No TEP também foi negociada a indenização devida pela Sergas à PETROBRAS em decorrência da desapropriação e da instituição de servidão administrativa de áreas em favor da Sergas, conforme Decreto Estadual nº 30.896, de 01 de novembro de 2017, englobando os trechos aéreos de tubulação localizados nos limites de bateria entre instalações de transporte e as instalações da FAFEN-SE e o limite de bateria projetado pela Sergas - como a operação e manutenção desses trechos de tubulação passou a ser de responsabilidade da Sergas, o valor referente a essa indenização foi contabilizado como ativo da concessão, passando, portanto, a integrar a base de ativos da Concessionária.

O valor da indenização acordada foi contabilizado pela Sergas nas contas de Outras Receitas Operacionais e Outras Receitas Financeiras. Sobre o valor total da indenização foram retidos honorários advocatícios, que foram contabilizados como Despesa Administrativa com serviços advocatícios, e calculados os tributos devidos, os quais foram contabilizados em suas respectivas contas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	15	2.366
Aplicações financeiras	85.896	5.446
	85.911	7.812

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras classificadas no curto prazo referem-se a operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. As taxas de remuneração são em torno de 98 a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O aumento nas aplicações deve-se ao recebimento oriundo da negociação do Termo de Encerramento de Pendência conforme nota explicativa nº 5.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Segmento veicular	2.596	3.997
Segmento industrial	8.469	9.294
Segmento residencial	926	1.165
Segmento comercial	688	787
Subtotal	12.679	15.243
Parcelamento de clientes (a)	2.720	2.776
Penalidade contratual	1.230	1.223
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.485)	(8.343)
Total contas a receber clientes	8.144	10.899
Circulante	8.144	10.899

(a) O parcelamento de clientes refere-se a confissões de dívidas assinadas com clientes em virtude do não pagamento de notas fiscais de vendas de gás.

A movimentação da conta de provisão para perda de crédito, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	8.343	3.624
Provisões efetuadas (a)	142	4.722
Reversões efetuados	-	(3)
	8.485	8.343

(a) Em 2019 foi provisionado o valor de R\$ 4.657 correspondente a débitos do cliente Cerâmica Sergipe Ltda. referentes a compra de gás natural e saldo residual devido do parcelamento da confissão de dívida assinada em 2018.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	8.060	10.591
Vencidos até 90 dias	84	308
Vencidos há mais de 90 dias	8.485	8.343
	16.629	19.242

O prazo médio de recebimento é 15 dias. Para os recebimentos em atraso é cobrada multa de 2% e juros de 1% ao mês pro rata tempore.

8. Tributos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS sobre aquisição de gás natural (a)	5.289	2.377
ICMS sobre aquisição de intangível	761	991
IRPJ Saldo negativo	1.344	487
IRPJ diferido	383	201
CSLL Saldo negativo	906	628
CSLL diferida	138	72
	8.821	4.756
Circulante	7.539	3.492
Não circulante	1.282	1.264

(a) Em 05/07/2019, o Estado de Sergipe publicou os Decretos nº 40.401 e 40.402 concedendo diferimento e isenção de ICMS nas saídas de gás utilizadas no processo industrial para as empresas inscritas no PSDI - Programada Sergipano de Desenvolvimento Industrial. Respalda no Parecer Consultivo SEFAZ/SE nº 0043/2019, a Companhia desde julho de 2019 vem se creditando do ICMS das notas fiscais de aquisição do gás emitidas pelo seu supridor, acumulando os correspondentes créditos.

9. Depósitos Judiciais

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	871	723
Depósitos efetuados	2.931	383
Devoluções/baixas	(193)	(235)
	3.609	871

Em 16 de março de 2020, foi efetuado depósito judicial de R\$ 2,6 milhões para o processo nº 201312201937, oriundo do auto de infração nº 201009843.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	31/12/2020	31/12/2019
Custo		
Terrenos	312	312
Edificações e melhoramentos	3.942	3.807
Instalações	49	49
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.572	2.525
Móveis e utensílios	839	811
Equipamentos de informática	2.026	2.669
Software	2.599	2.555
Redes de distribuição	81.602	75.774
Outros	5	5
	<u>93.945</u>	<u>88.507</u>
 Materiais - intangível em formação (a)	 4.134	 4.548
Obras em andamento (b)	4.983	5.002
	<u>103.062</u>	<u>98.057</u>
 Amortização acumulada		
Amortização acumulada (c)	(61.558)	(56.490)
	<u>41.504</u>	<u>41.567</u>

(a) A conta de “Materiais - intangível em formação” refere-se ao almoxarifado de materiais adquiridos pela Companhia para aplicação na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

(b) A conta de “Obras em andamento” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção

(c) A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo intangível, durante o exercício de 2020, está assim demonstrada:

	Saldo inicial 01/01/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final 31/12/2020
Custo					
Terrenos	312	-	-	-	312
Edificações e melhoramentos	3.807	134	-	1	3.942
Instalações	49	-	-	-	49
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.525	47	-	-	2.572
Móveis e utensílios	811	28	-	-	839
Equipamentos de informática	2.669	216	(73)	(786)	2.026
Software	2.555	44	-	-	2.599
Redes de distribuição	75.774	1.364	-	4.464	81.602
Outros	5	-	-	-	5
	88.507	1.833	(73)	3.678	93.945
 Materiais - intangível em formação	4.548	993	(699)	(708)	4.134
Obras em andamento	5.002	4.031	(177)	(3.873)	4.983
	98.057	6.857	(949)	(903)	103.062
 Amortização acumulada					
Amortização acumulada	(56.490)	(5.971)	-	903	(61.558)
	41.567	886	(949)	-	41.504

A movimentação do ativo intangível, durante o exercício de 2019, está assim demonstrada:

	Saldo inicial 01/01/2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final 31/12/2019
Custo					
Terrenos	312	-	-	-	312
Edificações e melhoramentos	3.755	52	-	-	3.807
Instalações	49	-	-	-	49
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.485	40	-	-	2.525
Móveis e utensílios	804	7	-	-	811
Redes de distribuição	70.623	1.653	-	3.498	75.774
Equipamentos de informática	2.658	11	-	-	2.669
Software	2.343	212	-	-	2.555
Outros	5	-	-	-	5
	83.034	1.975	-	3.498	88.507
 Materiais - intangível em formação	4.975	665	(213)	(879)	4.548
Obras em andamento	4.254	3.502	-	(2.754)	5.002
	92.263	6.142	(213)	(135)	98.057
 Amortização acumulada					
Amortização acumulada	(51.048)	(5.577)	-	135	(56.490)
	41.215	565	(213)	-	41.567

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****11. Fornecedores**

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de gás - Petróleo Brasileiro S.A.	13.238	7.454
Fornecedores de materiais e serviços	1.965	1.108
	15.203	8.562

A Petrobras, como estatal detentora de direitos de exploração de gás natural no Brasil, mantém contrato de compra e venda de gás natural com a Sergipe Gás S/A, que, por sua vez, fornece o gás natural aos seus Usuários Cativos mediante celebração de Contratos de Fornecimento de gás canalizado.

12. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão férias	972	868
Provisão FGTS sobre férias	80	71
Provisão INSS sobre férias	267	237
Participação nos lucros e resultados	788	39
Salários a pagar	38	25
	2.145	1.240

13. Tributos a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recolher - substituição	314	564
PIS a recolher	65	65
COFINS a recolher	302	301
IRRF - folha de pagamento	124	190
FGTS a recolher - folha de pagamento	88	80
INSS a recolher - folha de pagamento	254	252
Taxa agência reguladora - AGRESE	77	70
Outros	173	115
	1.397	1.637

Em virtude da situação da Pandemia, o Governo Federal tomou medidas para enfretamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública ocasionada pelo coronavírus (covid-19).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de março foi publicada Medida Provisória nº 927 que concedeu o diferimento do FGTS relativo aos meses de março, abril e maio em 06 parcelas, sendo o recolhimento da primeira parcela em 07/07/2020.

Em 31 de março de 2020 foi publicada Medida Provisória nº 932 que reduziu pela metade as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos (sistema S).

Em 03 de abril de 2020 foi publicada Portaria nº 139 concedendo prorrogação dos prazos de recolhimento do PIS e COFINS referentes às competências de março e abril. Seus vencimentos que originalmente eram 24/04/2020 e 25/05/2020 passaram a ser 25/08/2020 e 23/10/2020, respectivamente. Essa mesma Portaria ainda prorrogou os prazos de recolhimento do INSS parte patronal relativas às competências de março e abril para 20/08/2020 e 20/10/2020.

Em 15/06/2020 foi publicada Portaria nº 245 que prorrogou o vencimento do PIS e COFINS relativo a competência de maio, seu vencimento que originalmente era 26/06/2020 passou a ser 25/11/2020.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas, cujos principais saldos e transações estão resumidos a seguir:

	<u>Nota</u>	Petróleo Brasileiro S.A. (a)		Petrobras Distribuidora S.A. (b)		Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (c)		Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (d)		Estado de Sergipe (e)		Total	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Passivo circulante													
Dividendos/JSCP a pagar	15	-	-	-	-	3.207	353	7.681	353	7.681	170	18.569	876
Partes relacionadas		-	-	-	-	23	22	23	22	29	29	75	73
Fornecedores	11	13.238	7.454	-	-	-	-	-	-	-	-	13.238	7.454
Total do passivo		13.238	7.454	-	-	3.230	375	7.704	375	7.710	199	31.882	8.403
Resultado													
Compras		103.793	133.360	-	-	-	-	-	-	-	-	103.793	133.360

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As relações existentes entre a Companhia e suas partes relacionadas estão a seguir descritas:

(a) Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)

Contrato de normas gerais

Assinado em 31 de janeiro de 2020, tem por objeto estabelecer os termos e condições gerais que serão aplicados ao Contrato Firme Inflexível firmado nesta mesma data e que poderá ser aplicado a quaisquer contratos de compra e venda de gás natural entre as partes.

O prazo de vigência do contrato é de 31/01/2020 a 31/12/2021. Durante esse prazo, a quantidade diária contratual (QDC) é de 250.000 m³.

Na cláusula de compromissos de retirada e fornecimento, fica determinado que, ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de gás por falha no fornecimento, paradas programadas ou caso fortuito ou força maior de qualquer parte, a Companhia obriga-se a, em cada mês, adquirir e utilizar e mesmo que não utilize pagar:

Encargo de Capacidade (EC):

Custo associado à capacidade reservada de transporte equivalente à quantidade de gás, que na média do correspondente mês, seja igual a 100% da quantidade diária contratual (QDC).

Retirada Mínima Mensal (RMM):

Quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, seja igual a ou superior a 70% da quantidade diária contratual (QDC).

(b) Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Acionista da Companhia com participação de 41,5% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica um dos diretores da SERGAS, cuja remuneração é paga diretamente pelo Acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse o que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(c) Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Acionista da Companhia com participação de 41,5% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica um dos diretores da SERGAS, cuja remuneração é paga diretamente pelo Acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

(d) Estado de Sergipe

Acionista da Companhia com participação de 17% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica o Diretor Presidente, cuja remuneração é paga diretamente pela Prefeitura Municipal de Aracaju, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

15. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	77.644	1.056
(-) Reserva legal	(3.368)	(53)
Lucro líquido a ser distribuído	74.276	1.003
 Dividendos mínimos obrigatórios / complementares	 16.470	 -
Juros sobre capital próprio	2.398	1.000
 Lucro à disposição da Assembleia	 <u>55.408</u>	 <u>3</u>

Em 31/12/2020, conforme Lei 9.249/95, os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios que correspondem a 25% do montante do lucro a distribuir, conforme previsto em Estatuto.

Como o montante dos juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda retido na fonte foi inferior aos dividendos mínimos obrigatórios, foi contabilizada no passivo circulante a complementação dos dividendos no valor de R\$ 16.470.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor remanescente do lucro a distribuir no valor de R\$ 55.408 foi contabilizado na conta de dividendos adicionais propostos cuja deliberação será submetida aos acionistas em Assembleia geral.

Os JSCP e os dividendos foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Juros sobre Capital próprio líquido de IRRF

	%	31/12/2020	31/12/2019
Estado de Sergipe	17	407	170
Mitsui Gás e energia do Brasil Ltda	41,5	846	353
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	41,5	846	353
		2.099	876

Dividendos mínimos complementares

	%	31/12/2020	31/12/2019
Estado de Sergipe	17	2.800	-
Mitsui Gás e energia do Brasil Ltda	41,5	6.835	-
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	41,5	6.835	-
		16.470	-
Total		18.569	876

16. Débitos nas operações de vendas de gás

Take or pay (cliente)

A Companhia possui contratos de venda de gás junto aos seus clientes do segmento industrial e veicular (Contrato Firme Inflexível de Venda de Gás), no qual estes são responsáveis pela aquisição de volumes com compromissos de retirada mínima mensal e anual.

Quando o compromisso de retirada do gás pelo usuário não é alcançado ocorre o *take or pay* e a SERGAS emite nota de débito sobre a diferença entre o compromisso mínimo de volume de retirada gás e a quantidade efetivamente retirada, sendo este valor recuperável pelo cliente após o pagamento. Este contrato garante aos clientes retirar o gás em meses subsequentes podendo compensar o volume contratado e não consumido no prazo de até 365 dias após o encerramento do contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse *take or pay* e desconta em faturas posteriores a serem pagas por seus clientes, sempre que o consumo exceder ao compromisso mínimo de retirada de gás.

O valor corresponde ao direito de recuperação do gás pago e não retirado (*take or pay*) vem sendo atualizado mensalmente pela variação do preço do gás natural excluída a parcela de transporte e impostos incidentes, tendo como contrapartida da variação do passivo uma despesa (receita) operacional, a depender desta variação representar aumento ou redução do preço unitário.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía registros de *take or pay* e cobrança de penalidade, conforme demonstrado a seguir:

Débitos nas operações de vendas e aquisições de gás	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	886	389
(-) Atualização monetária de <i>take or pay</i>	(124)	35
(-) Compensação/Baixa de <i>take or pay</i>	(762)	(16)
(+) <i>take or pay</i>	-	478
	-	886
Circulante	-	886

17. Outros passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes	111	-
Penalidade contratual (a)	77	632
Outros	-	37
	188	669

- (a) Penalidade contratual refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar o consumo mínimo previsto contratualmente, a Petrobras emite nota de débito da diferença contratada e não consumida referente ao período. Os valores dessas penalidades cobradas são reconhecidos como despesas operacionais.

18. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 mantém registrada provisão para perdas em processos de natureza trabalhista e fiscal no montante de R\$ 1.267 e R\$ 1.130, decorrentes do curso normal de suas operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da provisão para contingências em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	1.043	1.130
Fiscais	224	-
	1.267	1.130

Em 2020 e 2019, a Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Natureza	Provável	Possível	Remota	Total em 31/12/2020
Cíveis (a)	-	225	-	225
Trabalhistas (b)	1.043	519	97	1.659
Fiscais (c)	-	9.793	-	9.793
Total	1.043	10.537	97	11.677

Natureza	Provável	Possível	Remota	Total em 31/12/2019
Cíveis (a)	-	225	-	225
Trabalhistas (b)	1.130	663	-	1.793
Fiscais (c)	-	9.793	-	9.793
Total	1.130	10.681	-	11.811

- (a) Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por perdas materiais, divergências em cobranças por consumo de gás, dentre outras. Baseados na opinião de seus assessores, não há causas com perdas prováveis.
- (b) Trabalhistas: A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários (verbas rescisórias, férias, etc.), ou por responsabilidade subsidiária. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R\$ 1.267. Do montante considerado provável de perda, R\$ 459 refere-se a processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da empresa Cetrol Engenharia e Thompson Azevedo e Cia, relativos à responsabilidade subsidiária.
- (c) Fiscais: A Companhia possui autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, relativos ao ICMS, por suposta utilização indevida de créditos fiscais oriundos da aquisição de seus ativos e de materiais de uso e consumo, e ainda supostos créditos indevidos de materiais alheio a atividade econômica da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Número do processo	Data do auto	Valor atualizado
201312201023	08/09/2010	8.639
201312201937	09/09/2010	1.154
		9.793

A movimentação da conta de provisão para contingências, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está assim demonstrada:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	1.130	1.220
Provisões efetuadas	838	164
Pagamentos efetuados	(55)	(202)
Reversões efetuadas	(646)	(52)
	1.267	1.130

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 38.182 e está composto de 1.593.656 ações sem valor nominal, sendo 531.214 ações ordinárias e 1.062.442 ações preferenciais, todas de classe única, conforme demonstrado a seguir:

	Nº de ações Ordinárias	Valor	Nº de ações Preferenciais	Valor	Total de ações	Valor
Estado de Sergipe	270.930	6.492	-	-	270.930	6.492
Gaspetro - Petrobrás Gás S.A.	130.142	3.118	531.221	12.727	661.363	15.845
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	130.142	3.118	531.221	12.727	661.363	15.845
	531.214	12.728	1.062.442	25.454	1.593.656	38.182

O capital social autorizado da Companhia é de 60.000.000.000 de ações.

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não tem direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 472 mil, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91) referente ao exercício de 2018, com a emissão de 19.695 ações, sendo 6.565 ordinárias e 13.130 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2019 a Companhia apurou prejuízo fiscal, não apresentando dessa forma, imposto de renda a recolher, bem como incentivos fiscais para o período. Sendo assim, no exercício de 2020 não houve aumento de capital pela incorporação de incentivos fiscais

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de incentivo fiscal

Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração obtido pela Companhia, conforme Laudo Constitutivo 0074/2017 emitido pela SUDENE. O saldo existente nesta reserva deverá necessariamente ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos.

d) Reserva para contingências

Em 25 de abril de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva para contingências no valor de R\$ 767 correspondente aos dividendos adicionais propostos contabilizados no patrimônio líquido.

e) Dividendo adicional proposto

Em 23 de julho de 2020 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição do saldo remanescente de R\$ 3 como dividendos complementares. Os referidos dividendos foram pagos em 06 de agosto de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a parcela do lucro do exercício não distribuída no montante de R\$ 55.408 foi alocada na conta “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, por não representar uma obrigação presente em 31 de dezembro de 2020.

f) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. No exercício de 2020, conforme

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

prevê a Lei nº 9.430/95, a Companhia optou por pagar juros sobre capital próprio, conforme nota explicativa nº 15.

20. Receita líquida - venda de gás

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas	163.621	227.993
(-) Vendas canceladas/devolvidas	(177)	(5.967)
(-) Tributos sobre vendas	(26.038)	(50.986)
Receita líquida	137.406	171.040
Receita de construção - ICPC 01	6.857	6.142

A receita de venda por segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Segmento	Receita Bruta	Vendas Canceladas	ICMS	PIS	COFINS	Receita Líquida
Gás Veicular	47.720	(2)	(6.396)	(787)	(3.626)	36.909
Gás Industrial	100.780	(111)	(1.813)	(1.661)	(7.651)	89.544
Gás Residencial	11.246	(16)	(2.021)	(186)	(854)	8.169
Gás Comercial	3.875	(48)	(689)	(63)	(291)	2.784
Total	163.621	(177)	(10.919)	(2.697)	(12.422)	137.406

A receita de venda por segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Segmento	Receita Bruta	Vendas Canceladas	ICMS	PIS	COFINS	Receita Líquida
Gás Veicular	77.464	(1.440)	(13.652)	(1.254)	(5.778)	55.340
Gás Industrial	132.782	(4.500)	(13.618)	(2.117)	(9.750)	102.797
Gás Residencial	11.335	-	(2.040)	(187)	(861)	8.247
Gás Comercial	6.412	(27)	(1.139)	(105)	(485)	4.656
Total	227.993	(5.967)	(30.449)	(3.663)	(16.874)	171.040

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custo dos produtos vendidos

	31/12/2020	31/12/2019
Custo do gás natural	(103.793)	(133.360)
Odorização	(146)	(71)
Pessoal	(3.906)	(3.353)
Serviços	(678)	(661)
Aluguéis	(292)	(280)
Seguros	(174)	(162)
Materiais	(257)	(197)
Amortização	(5.288)	(4.907)
Outros	(300)	(352)
Custo dos produtos vendidos	114.834	(143.343)
 (-) Custo de construção - ICPC 01	 (6.857)	 (6.142)

O custo do gás natural por segmento é o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Gás Veicular	(29.663)	(44.490)
Gás Industrial	(69.290)	(82.238)
Gás Residencial	(3.299)	(3.729)
Gás Comercial	(1.541)	(2.903)
	(103.793)	(133.360)

22. Despesas comerciais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(1.428)	(1.332)
Conversões de clientes	(20)	(18)
Outras	(15)	(37)
	(1.463)	(1.387)

23. Gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(10.036)	(8.619)
Serviços	(15.322)	(2.225)
Aluguéis	(93)	(93)
Seguros	(100)	(81)
Materiais	(186)	(185)
Viagens e representações	(42)	(242)
Veículos	(23)	(19)
Amortização	(684)	(670)
Tributárias (a)	(9.758)	(1.045)
Outras	(793)	(1.264)
	(37.037)	(14.443)

(a) O aumento nas despesas de serviços e tributárias deve-se a negociação do Termo de Encerramento de Pendência conforme nota explicativa nº 5.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas operacionais		
Recuperação de créditos PCLD	-	1
Reversão de PCLD	-	2
Reversão de provisão contingências trabalhistas	646	52
Ganho na operações com <i>take or pay</i>	887	-
Receita com penalidade contratual	8	1.192
Outras receitas (a)	59.230	30
	60.771	1.277
 Outras despesas operacionais	 31/12/2020	 31/12/2019
Provisão contingências trabalhistas	(614)	(164)
Provisão contingências fiscais	(224)	-
Provisão PCLD	(142)	(4.722)
Perda na atualização de <i>take or pay</i>	-	(35)
Despesa com penalidade contratual	(1.069)	(6.889)
Outras	(630)	(25)
	(2.679)	(11.835)
 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	 58.092	 (10.558)

(a) O aumento em outras receitas deve-se a negociação do Termo de Encerramento de Pendência conforme nota explicativa nº 5.

25. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.638	491
Juros e multas de clientes	118	145
Outras receitas financeiras (a)	71.979	36
	73.735	672
 Despesas financeiras	 31/12/2020	 31/12/2019
Comissão fiança bancária	(276)	(364)
Descontos concedidos	(304)	(1)
Outros	-	(3)
	(580)	(368)
 Resultado Financeiro Líquido	 73.155	 304

(a) O aumento das receitas financeiras deve-se a negociação do Termo de Encerramento de Pendência conforme nota explicativa nº 5.

26. Imposto de renda e contribuição social

Em 28 de junho de 2017, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 74/2017, renovando direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis sobre os lucros tributáveis com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2017 e com término em dezembro de 2026.

O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda.

Ao final do exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no ano, é transferida para reserva de lucro na rubrica de incentivos fiscais. O valor constituído como reserva de incentivo fiscal deverá ser utilizado para aumento do capital social ou absorção de eventual prejuízo contábil, conforme previsto no Art. 523 do Regulamento de Imposto de Renda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	115.319	115.319	1.613	1.613
<u>Adições e exclusões</u>				
Provisões não dedutíveis	980	980	229	229
Reversão provisões	(646)	(646)	(257)	(257)
JSCP	(2.398)	(2.398)	(1.000)	(1.000)
(+-) Outros	152	152	(1.975)	(1.975)
(-) Compensação prejuízo fiscal anos Anteriores	(1.390)	(1.390)	-	-
Total	112.017	112.017	(1.390)	(1.390)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	28.004	10.082	-	-
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet	(124)	-	-	-
(+/-) Impostos diferidos	(183)	(66)	(410)	(147)
(+/-) Outros	(38)	-	-	-
Imposto de renda corrente e diferido	(27.659)	(10.016)	(410)	(147)
Imposto de renda e contribuição social	(27.659)	(10.016)	(410)	(147)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou prejuízo fiscal em função do registro de provisão para perda de crédito no valor de R\$ 4.658 referente ao saldo a receber do cliente Cerâmica Sergipe Ltda. Esse prejuízo fiscal foi totalmente compensado durante o exercício de 2020.

27. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	77.644	1.056
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.594	1.594
Lucro /ação	48,71	0,66

28. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 5 (cinco) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2020 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.271 (R\$ 1.030 em 31 de dezembro de 2019).

29. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, nem transações em moeda estrangeira, a não ser aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela SERGAS.

b) Risco de taxas de juros

Confirmamos que os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

A Companhia não se utiliza de recursos de terceiros para financiar suas operações. Possui um alto índice de liquidez.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência		Importâncias
	Início	Vencimento	Seguradas
			31/12/2020
Riscos nomeados	29/10/2020	29/10/2021	2.000
Resp. Civil Administradores	24/08/2020	24/08/2021	3.000
Resp. Civil Trabalhista	24/08/2020	24/08/2021	1.000
Resp. Civil Geral	03/11/2020	03/11/2021	10.000
Sede	19/08/2020	19/08/2021	7.000
Seguro de vida funcionários	14/08/2020	14/08/2021	50
Total			23.050

31. Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente até a data da emissão do relatório de auditoria.

VALMOR BARBOSA BEZERRA
Diretor Presidente

LAURO DANIEL BEISL PERDIZ
Diretor Administrativo e
Financeiro

ENALDO CEZAR VALADARES
Diretor Técnico e
Comercial

KARINA MENDONÇA BARRETO SANTANA
Contadora
CRC/SE 005482/O-7